

## **Reconhecimento de paisagens em Santo André, SP, Brasil: uma experiência de Inventário de bens culturais**

Aguinaldo Gonçalves\*

Fátima Regina Talavella Leal\*\*

Suzana Cecília Kleeb\*\*\*

### **Resumo**

Este artigo apresenta a experiência que vem sendo realizada com vistas à organização do Inventário de Bens Culturais de Santo André, cidade da região metropolitana de São Paulo, inserida em uma área denominada popularmente de ABC. Trata-se da apresentação dos procedimentos metodológicos adotados em um perímetro determinado – área central da cidade. Neste texto são demonstrados: a forma de abordagem da área, o reconhecimento das paisagens presentes fazendo-se uso do conceito de paisagem cultural, as pesquisas desenvolvidas e os resultados obtidos.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Paisagem cultural. Preservação do patrimônio cultural.

## **Recognition of landscapes in Santo André, SP, Brazil: an experience of Inventory of cultural goods.**

### **Abstract**

This article presents the experience that is being held with a view to organising the Inventory of cultural goods of Santo André, city of São Paulo metropolitan region, inserted in an area called popularly of ABC. This is the presentation of methodological procedures adopted in a given circumference – central area of the city. In this text are demonstrated: how to approach the area, the recognition of landscapes present making use of the concept of cultural landscape, the researches undertaken and the results obtained.

**Key-words:** Cultural heritage. Cultural landscape. Cultural heritage preservation.

## 1 Apresentação

As reflexões que compõem este texto são frutos da atuação de técnicos da Gerência de Preservação de Memória, Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Prefeitura de Santo André. O foco do trabalho concentra-se na área central de Santo André. Esta é uma cidade que faz parte da região metropolitana de São Paulo e insere-se em uma área popularmente denominada de ABC.

O caminho em prol da identificação de bens de interesse para a memória de Santo André remonta ao início da primeira metade da década de 1980. Em 1981, com o incêndio da Estação de Paranapiacaba, remanescente do período de administração da estrada de ferro que ligava Santos a Jundiaí, pela empresa *São Paulo Railway*, desencadearam-se discussões sobre a preservação da vila operária de Paranapiacaba, que envolvia a estação. Foi organizado um movimento denominado Movimento Pró-Paranapiacaba que, com a mobilização de diversos setores da sociedade, solicitou o tombamento da vila. Tal ação levou ao tombamento, em 1987, pelo Condephaat, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Nesse mesmo momento, jornais regionais do ABC salientavam a necessidade de se preservar algumas edificações antigas da cidade. Em 1987, o jornal “Diário do Grande ABC” publicou uma série de artigos denominada “Inventários Históricos”. Nesta ocasião, foi apresentada uma listagem de lugares que, eventualmente, pudessem ser preservados, compilada a partir de pesquisa interna ao jornal, coleta de informações junto a técnicos do poder público municipal e memorialistas. (PASSARELLI, 2005, p. 60) Foram listados alguns bens, a maioria deles edificações antigas e de impacto visual na paisagem. No decorrer dos anos, a lista foi sendo modificada e atualizada tanto pelo próprio jornal, como por trabalhos desenvolvidos pela sociedade ou por técnicos da Prefeitura de Santo André.

Na mesma época, em 1987-88, houve um movimento da sociedade em prol da preservação do prédio em que estava instalado o primeiro cinema, instalado no centro da cidade – Cine Teatro de Variedades Carlos Gomes, criado em 1912 e

instalado naquele local desde 1925. Com a decadência de cinemas de rua, o destino deste não foi diferente. Em 1987, sua fachada foi destruída e a edificação foi alugada para uma loja de tecidos que se instalou no salão posterior, e um estacionamento que ocupou a plateia e o palco do antigo cinema. O movimento SOS Carlos Gomes contou com um abaixo-assinado de 23.000 assinaturas a favor da preservação da edificação. O resultado dessa mobilização foi o tombamento, em 1992, do edifício pelo Comdephaapasa - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. O Comdephaapasa foi criado por lei municipal em 1990 e evidenciou-se como um marco significativo na preservação e valorização do patrimônio cultural de Santo André.

Na década de 1990 foram feitos alguns tombamentos municipais de bens imóveis, a maioria deles datados do começo do século 20, bens públicos e com forte apelo afetivo para parcelas da população. No final dessa década e início dos anos 2000 foram reavaliadas as listagens existentes com vistas a formular uma política de Inventário para Santo André. Estavam à frente dessa ação alguns técnicos ligados ao planejamento urbano e à preservação de memória de Santo André, e alguns Conselheiros do Comdephaapasa. Mas os estudos não foram muito adiante, pois o trabalho era feito de forma intermitente, dependendo-se das possibilidades de tempo de cada um dos envolvidos. Os funcionários tinham outras obrigações e apenas nos tempos livres é que se reuniam para se dedicar a esse assunto.

O respaldo legal para esses estudos e que ensejassem uma proteção de fato para os bens elencados também era frágil. Havia uma determinação para a confecção de um Inventário do Patrimônio Cultural no Plano Diretor do Município, (lei n.º 8.696 de 17 de dezembro de 2004), mas não havia detalhamento do tema. A legalidade se efetivou com a aprovação da Lei n.º 9.071 de 05 de setembro de 2008 que instituiu o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Santo André e com este se iniciou a organização do Inventário de Bens Culturais de Santo André, estabelecido na mesma legislação. Cabe salientar que essa lei criou um elemento fundamental para que os trabalhos fossem adiante: um corpo de técnicos estável, multidisciplinar e voltado especificamente para a área de patrimônio cultural. Este grupo acessou e analisou todo o material até então produzido, recuperou a história de

desenvolvimento das políticas patrimonialistas na cidade e, com o aprofundamento do tema, pôde apresentar uma proposta de Inventário de Bens Culturais.

Nesse texto são apontados alguns dos primeiros resultados do trabalho de reflexão obtido por esse grupo. Trata-se da apresentação das possibilidades elaboradas a partir de um projeto piloto que teve a finalidade primordial de avaliar a metodologia de Inventário que melhor se adequasse a Santo André, cidade multifacetada, com forte pressão imobiliária e com população que vem descobrindo aos poucos a importância da memória e do patrimônio cultural do qual é herdeira.

## **2 Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos utilizados para o projeto piloto do Inventário de Bens Culturais de Santo André serão apresentados de forma cronológica e separados em etapas. É necessário salientar, no entanto, que em alguns momentos essas etapas ocorrem de forma simultânea, quer por questões estruturais, ou porque uma etapa avança mais rapidamente enquanto outra, mais lenta, vai sendo finalizada.

A Primeira Etapa do trabalho concentrou-se na formulação dos pressupostos teóricos de abordagem do território. Inicialmente, definiu-se o conceito de Inventário adotado. Este foi compreendido como um instrumento de identificação, conhecimento, difusão e salvaguarda de bens e manifestações culturais que expressasse de forma plural, sistemática e permanente as ações de intervenção no espaço da cidade. O objetivo principal era deixar em relevo a relação do homem com o meio e com a memória produzida e acumulada nessa interface no decorrer do tempo. O resultado dessa apropriação refletir-se-ia, portanto, como um direito do cidadão.

A cidade descoberta com essa abordagem não é algo pronto e acabado. E, nem mesmo, consegue-se dela fazer uma leitura homogênea. Trata-se de um projeto coletivo, no qual o território vai sendo adaptado por seus habitantes que modificam a paisagem natural, investem em modos de viver, em formas de comunicação e em referências culturais. A cidade se transforma no decorrer de sua história e sua paisagem leva a marca da memória coletiva das gerações presentes, assim como de

seus antepassados. Em suma, os vários tempos estão impregnados em sua paisagem e se refletem na memória.

Com essas premissas, a formatação de um Inventário, que associasse de forma ampla os direitos à memória e ao patrimônio cultural para todos, deveria levar em consideração uma forma de interpretação que fosse marcada fundamentalmente pela conexão entre os diversos elementos (materiais) e manifestações (imateriais) que se explicitam no território urbano. Diante desse desafio, o conceito que melhor se adaptou foi o de paisagem cultural.

Sua definição está presente na Recomendação nºR95, de 11 de setembro de 1995, e que trata 'Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes de políticas paisagísticas'. Nesta Recomendação, Paisagem Cultural é compreendida como:

[...] partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (IPHAN, 2000, p. 331-332).

Com o arcabouço conceitual estabelecido foram feitas experiências prévias e a resposta foi positiva, de forma que este foi utilizado como âncora da proposta de Inventário de Bens Culturais de Santo André.

A Segunda Etapa assinalou a demarcação da área de estudo. Caracterizou-se como a área piloto aquela delimitada como primordial para a ocupação do tecido urbano de Santo André. Cabe uma breve observação de que o atual município de Santo André integrava outro município muito maior denominado São Bernardo, criado em 1890. Este abrangia toda a região conhecida como ABC e existiu até 1938. Nessa data, toda a mesma área passou a denominar-se Santo André e, a partir de 1944, iniciou-se um processo de emancipação de diversos distritos, culminando com a

emancipação final do distrito de Rio Grande na década de 1960. A partir desse momento, a cidade manteve sua área atual e o ABC passou a contar com sete municípios.

O perímetro de estudo desse projeto piloto foi delimitado observando-se aspectos históricos de ocupação do território. Desde períodos anteriores à chegada dos portugueses se tem conhecimento de que a região do ABC, por sua localização geográfica, fazia parte da rede de caminhos de ligação intercontinental dos indígenas. No entanto, as informações sobre esse período são escassas e a chegada dos portugueses possibilitou a documentação, por meio do registro escrito, das dificuldades de transposição da Serra do Mar. Com os portugueses e seus interesses na exploração do interior do vasto território brasileiro que estava sob a sua guarda foram sendo formalizados alguns caminhos de ligação do litoral com o planalto paulista, atravessando-se a acidentada Serra do Mar. Como exemplos podem ser citados o Caminho do Padre José, do século 16; a Calçada do Lorena de 1792; a Estrada da Maioridade inaugurada em 1844. Destas estradas surgiram outras, com importância mais restrita, mas fundamentais para a interligação entre diversas vilas e núcleos urbanos. A área do ABC ligava-se prioritariamente a São Paulo e Santos, mas também a Santo Amaro e Mogi das Cruzes.

Alguns desses caminhos secundários passavam pela região que hoje abrange o município de Santo André. Dois caminhos em especial destacaram-se por se diferenciarem como eixos definidores de ocupação do território. São eles: o Caminho do Pilar, ligação entre Mogi das Cruzes e o Caminho do Mar, estrada existente por volta de 1714, e a Estrada do Oratório, entre Mogi das Cruzes e Mooca, possivelmente presente por volta de 1669 e reabilitada em 1779. Ambos possuem remanescentes viários em Santo André e com as denominações originais.

A linha férrea inaugurada em 1867 e denominada inicialmente de Estrada de Ferro *São Paulo Railway* e que fazia a ligação entre Santos e Jundiaí, marcou sua passagem na cidade. Certamente a instalação da Estação de São Bernardo, na mesma data, impulsionou a fixação de moradores e pequenos comércios em suas imediações. Esta localidade identificada como núcleo urbano no final do século 19, e

conhecida como Bairro da Estação, confrontava-se com outro aglomerado urbano conhecido como Bairro Ypiranguinha, que deve ter se organizado por volta de 1885.

Diante dessas informações históricas delimitou-se o perímetro de estudo piloto. Este se configurou em uma área demarcada pela intersecção dos caminhos de comunicação inter regional: Estrada de ferro *São Paulo Railway*, Caminho da Estação para a Villa de São Bernardo (uma das variantes do Caminho do Pilar e que se ligava à Estrada do Oratório) e outra variante do Caminho do Pilar que seguia para Pilar, mas antes passava pela Capela de Santa Cruz, localizada junto a um cemitério de variolosos estabelecido à beira desse Caminho no final do século 19. O perímetro delimitado pela conjunção desses caminhos, atualmente, é composto por área do centro de Santo André, Bairro Casa Branca e parte da Vila Assunção.

No intuito de compreender as interdependências da paisagem, foi delimitada uma área de entorno, composta pelo quarteirão subsequente ao perímetro assinalado. Essa área de entorno passou pelo mesmo procedimento de análise. Foi, também, acrescida uma pequena porção de terra que, devido a transformações no viário da região da Estação ferroviária hoje se encontra rompida com sua paisagem, mas no passado estabelecia-se uma interdependência orgânica de grande importância.

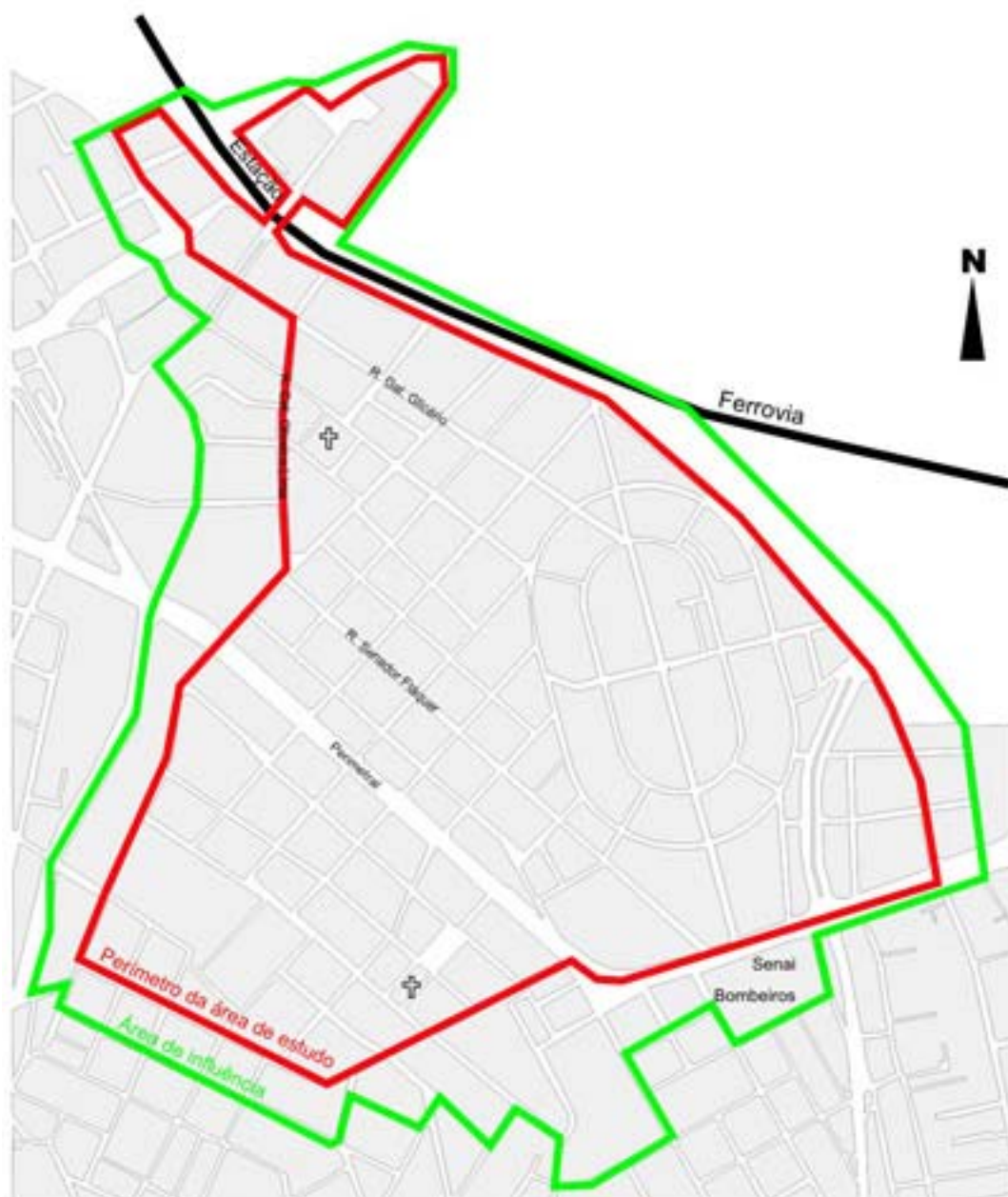


FIGURA 1 – Reprodução do mapa base 2009 – PMSA, com a delimitação da área de estudo e área de influência. Desenho: Aguinaldo Gonçalves.

Após a delimitação da área piloto, passou-se para a Terceira Etapa: o Diagnóstico da área central de Santo André. Este diagnóstico iniciou-se com a fotografiação de todas as quadras que compõem o limite em questão. Neste processo, registrou-se não apenas as edificações da quadra, bem como os tipos de calçamento, desenhos das calçadas, tampas de bueiros etc. Essa atividade desenvolveu-se durante quatro meses (janeiro a abril de 2009) e foi realizada com apontamentos que trouxeram evidências de manutenção ou transformação de arruamentos e edificações, além da



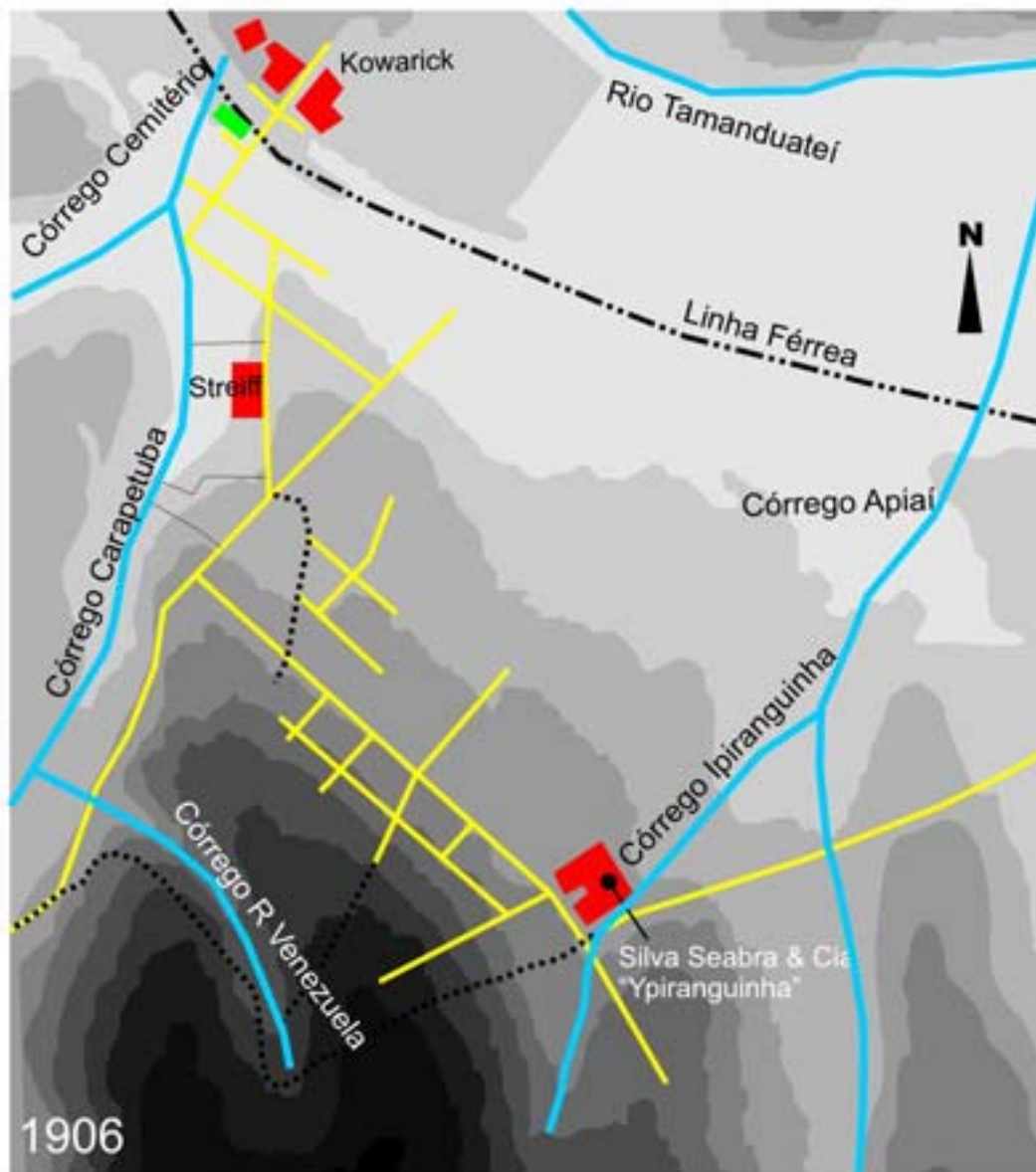
distinção de tipologias arquitetônicas e distinções sobre o uso, os costumes e os modos de viver presentes nessa área. Somaram-se 5.344 fotogramas que foram identificados pela quadra a que pertencem. Este material foi arquivado com a denominação de Registro 2009. Trata-se de um material fundamental, uma vez que o dinamismo da cidade fez com que alguns dos exemplares fotografados naquela oportunidade hoje já não façam mais parte da paisagem.

Paralelamente a essa atividade de campo, foi realizado o estudo em fontes primárias e secundárias que visaram compilar e compreender a legislação urbana referente à área delimitada pelo projeto piloto, reunir informações sobre os diversos aspectos sócio-econômicos que compuseram esse espaço, tais como: atividades comerciais, industriais, de lazer e cultura, solicitações de alinhamento de edificações, requerimentos de arruamentos e de serviços urbanos tais como iluminação, água e esgotos etc. A investigação documental não está completa, pois várias fontes ainda estão sendo processadas e outras estão indisponíveis para pesquisa. Na medida em que o acesso ao material for possível, serão feitas novas pesquisas incorporadas ao Diagnóstico.

Entre as fontes primárias analisadas, destacam-se os mapas de várias décadas, disponíveis desde a década de 1900-1910 até 2008. Com esse conhecimento foi possível traçar paralelos do formato e da expansão da área no decorrer das décadas, bem como assinalar seus vetores de crescimento. Esses dados foram importantes para que se entendesse o crescimento, as diversas tipologias arquitetônicas presentes nas moradias, nas edificações comerciais e industriais etc. Observou-se também, a partir daí, a dinâmica de crescimento da área e os tipos de atividades sócio-econômicas e culturais que foram se sucedendo no decorrer do tempo. Os mapas mostraram que boa parte do arruamento da área central é remanescente dos primeiros períodos de ocupação.

Foi realizado, concomitantemente à pesquisa nas fontes, um estudo topográfico da região, visando-se compreender a dinâmica de ocupação do território no decorrer das décadas. Foram analisadas as curvas de nível, a localização dos córregos e rios, os fundos de vale, os topos de morros etc., com vistas a entender a evolução urbana, conhecer eventuais obstáculos e dificuldades para a implantação. Também

se avaliou se de fato os limites da área piloto estavam bem dispostos tal como havia sido imaginado no começo do trabalho.



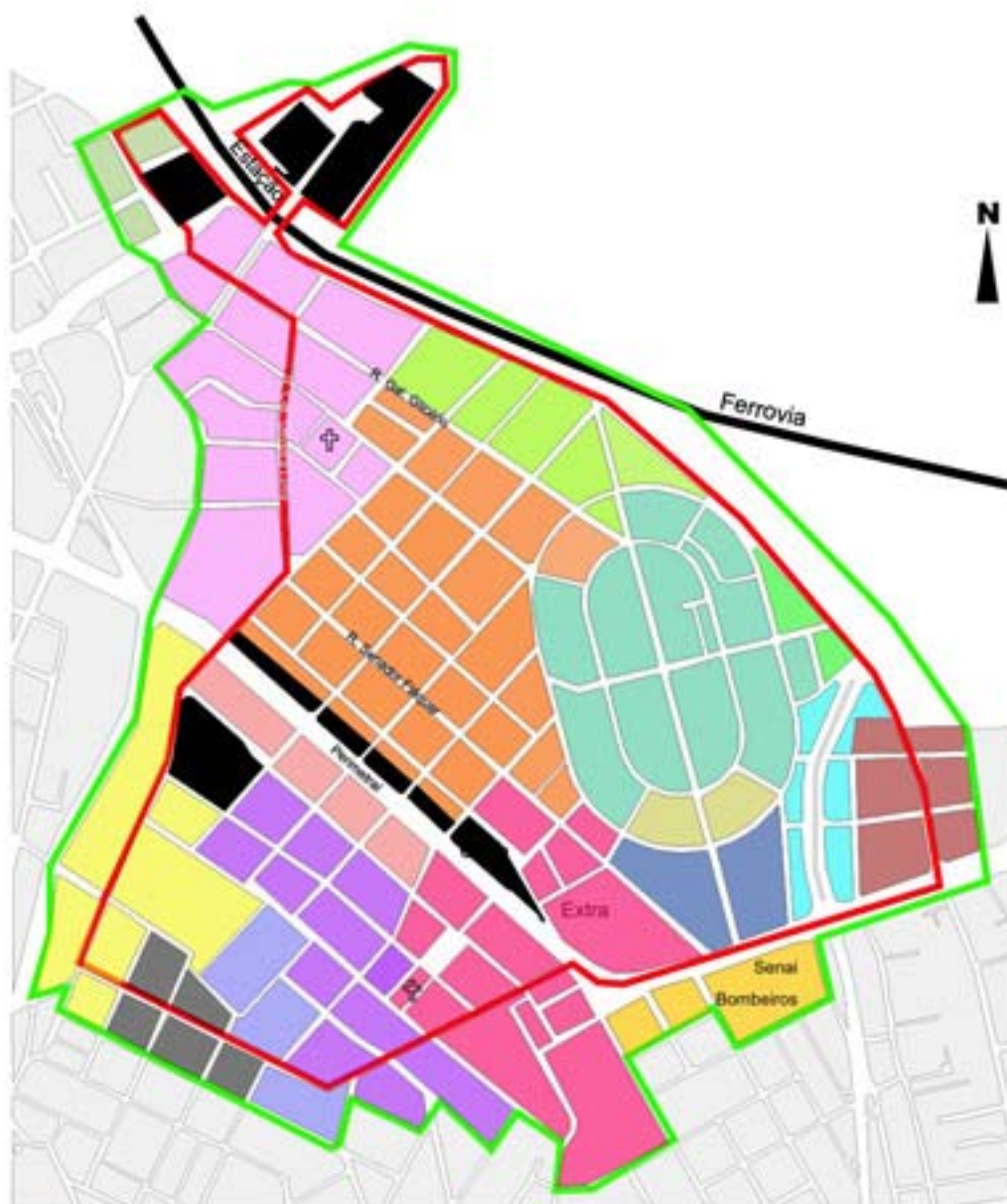
#### Legenda

- Primeiras indústrias instaladas na área central
- Traçado viário de 1906
- Estação de São Bernardo

FIGURA 2 – Reprodução do traçado de 1906 sobre curvas de nível e hidrografia da área central. O traçado foi elaborado com base no mapa de 1906 – Folha de São Paulo - CGG 1:100.000, acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Desenho: Aguinaldo Gonçalves.

Em seguida, iniciou-se mais uma parte do Diagnóstico. De posse do levantamento fotográfico das quadras – Registro 2009 – foi feita investigação de informações iconográficas no acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, em acervos de outros setores da Prefeitura de Santo André e no acervo do Instituto Geográfico e Cartográfico do governo do Estado de São Paulo. O intuito foi conhecer a região por meio da iconografia produzida no decorrer dos anos, tanto pelo poder público como por moradores, fotógrafos profissionais, viajantes etc., identificando-se tanto arruamentos, residências, construções fabris, comerciais, educacionais, bem como indivíduos arbóreos, manifestações sócio-culturais etc. Esse material foi organizado por década (desde 1900-1910) o que permitiu a análise e localização das permanências, ausências e demolições na área estudada.

Com o Diagnóstico da área central de Santo André realizado até esse ponto, foi possível empreender a Quarta Etapa metodológica: delimitar as paisagens culturais desse perímetro. Para tanto, de posse do Diagnóstico, das imagens do Registro 2009, e de novo trabalho de campo realizado em 2010, foram identificadas as similaridades, proximidades e diferenças que identificam os ‘pedaços’ dessa área. Foi criado um mosaico de paisagens que a dividiu em várias pequenas áreas. Esse mosaico foi organizado em dezoito paisagens culturais. Estas foram denominadas com um nome fantasia que pudesse facilitar sua identificação. Entre as paisagens culturais houve algumas porções do território que, no decorrer dos anos, deixaram de ser integrantes de uma paisagem e passaram a ser áreas de transição ou mesmo áreas denominadas exóticas. As áreas de transição foram identificadas como suaves, medianas ou abruptas. As paisagens denominadas exóticas indicaram áreas que, devido a transformações muito intensas em sua paisagem, não se comunicam com o seu entorno. Saliente-se que as paisagens identificadas podem modificar-se no decorrer do tempo devido à dinâmica da cidade. Assim, mesmo as consideradas exóticas podem voltar a integrar-se a outras paisagens.



- Paisagem Cultural I - Povoado da Estação
- Paisagem Cultural IV - Núcleo Ypiranguinha

FIGURA 3 - Ilustração das 18 Paisagens Culturais da área central de Santo André, com destaque para a identificação da Paisagem I - Povoado da Estação e Paisagem IV - Núcleo Ypiranguinha. Desenho: Aguinaldo Gonçalves.



- Exemplos de edifícios da Paisagem Cultural I
- Exemplos de edifícios da Paisagem Cultural IV

FIGURA 4 - Fotos ilustrativas da Paisagem Cultural I - Povoado da Estação e da Paisagem Cultural IV - Núcleo Ypiranguinha. Imagem 1 da Paisagem Cultural I - composta predominantemente por construções do início do século XX, sem recuos, geralmente implantadas em esquinas, que originalmente tinham uso misto, com comércio no térreo e residência no superior; Imagem 2 da Paisagem Cultural I - edifícios de três pavimentos, meados do século XX, com revestimento em pastilha, originalmente com uso misto; Imagem 3 da Paisagem Cultural I - edifícios de maior porte, de uso misto, em sua maioria do início do período da verticalização da cidade (c.déc. de 1950). Imagem 1 da Paisagem Cultural IV - composta predominantemente por galpões industriais; Imagem 2 da Paisagem Cultural IV - casas destinadas a trabalhadores; Imagem 3 da Paisagem Cultural IV - edifícios residenciais de maior porte, de arquitetura mais simplificada. Fotos dos autores.

Percebeu-se que a região que originalmente compunha-se por duas áreas, bairro da Estação e bairro Ypiranguinha, em 2011 possui um imbricado de paisagens que, ao mesmo tempo em que são diversas entre si, estabelecem algumas conexões, geralmente de valor histórico, afetivo ou visual que as identificam como integrantes da área central da cidade.

A Quinta Etapa do método caracterizou-se pelo aprofundamento das informações em cada uma das paisagens culturais listadas. Esta etapa está em fase final de análise. Sobre cada uma das paisagens culturais se aplicaram algumas categorias de identificação que serão apontadas em planta. Essas categorias subdividem-se em: uso inicial, valor imaterial, estado de conservação, atividades cotidianas e festividades, elementos arquitetônicos, período estimado de construção, calçadas,

entorno, sensações, área verde urbana. São categorias que foram criadas, pois fazem parte do cotidiano, do planejamento ou da identidade de Santo André. Essas categorias, por sua vez, foram destrinchadas em itens ainda mais precisos. A título de exemplo, no caso da categoria Uso Inicial, esta se subdivide em: modos de viver, edificação comercial, serviços públicos e instituições, clubes e associações, igrejas e templos, praças e áreas verdes, edificação industrial, edificação de uso misto, cultura e lazer, locais de ensino, saúde, estrutura urbana, transporte e uso não determinado. No caso de Sensações, esta se subdivide em: cheiros, sons e imagens.

### Paisagem Cultural I - Povoado da Estação



FIGURA 5 - Paisagem Cultural I – Povoado da Estação – Categoria: Valor Imaterial  
Em preto, bens imóveis passíveis de reconhecimento como bem de interesse do patrimônio cultural. Desenho: Aguinaldo Gonçalves.

Todos os itens foram assinalados e com isso se realizou a interface entre o Diagnóstico e o refinamento das informações sobre as Paisagens culturais. Evidenciaram-se, então, vários ‘mapas’ ou ‘espessuras’ desse espaço que foram sobrepostos. Ao efetuar essa sobreposição, ficaram evidentes quais os elementos (materiais) ou manifestações (imateriais) deveriam ser salientados. De acordo com a prevalência nas categorias pode se estabelecer uma escala de valoração em diversos níveis que importam na identificação de elementos ou manifestações que ensejam algum tipo de proteção, desde a simples inscrição no mapa da paisagem cultural em foco até mesmo níveis de proteção mais restritivos.

A parte final da Quinta Etapa ainda não está finalizada, mas evidencia a marcação em planta dos elementos ou manifestações que comporão o Inventário de Bens Culturais do Município. A partir de então, serão objeto de atenção permanente por parte do Corpo Técnico de Apoio ao Patrimônio Cultural que proporá eventuais intervenções conservativas aos bens identificados. No entanto, pretende-se que essa responsabilidade não esteja apenas nas mãos do Corpo Técnico. Antes, por meio da ampla divulgação dos dados, espera-se que a sociedade se envolva na manutenção e proteção desses bens culturais de Santo André.

E, para que isso ocorra de forma transparente e atuante, o próximo passo dessa será a divulgação dos resultados do Inventário de Bens Culturais de Santo André para a sociedade, para os Conselhos municipais (Comdephaapasa - defesa do patrimônio cultural, CMC – de Cultura, C MPU - de Política Urbana), para as diversas áreas fins da Prefeitura de Santo André e para outros órgãos de interesse no assunto, com vistas a amplo conhecimento e novas possibilidades de proteção.

Apesar do trabalho ainda não estar concluso, um resultado concreto do trabalho foi a proposta de criação de uma Zona Especial de Proteção do Patrimônio Cultural – ZEIPP, figura jurídica criada no Plano Diretor de Santo André que as identifica como “[...] áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio cultural do Município.” (Plano Diretor de Santo André, lei nº 8.696 de 17 de dezembro de 2004, art. 71). A ZEIPP da Área Central foi proposta na reformulação do Plano Diretor elaborada em 2010, cujo projeto de lei encontra-se em debate na Câmara Municipal de Santo André.

Diante do material já organizado pode se perceber o quanto a atuação sistemática e permanente em prol da valorização do patrimônio cultural de Santo André se transformou em uma ação enriquecedora. O Inventário de Bens Culturais que vem sendo produzido compõe de forma muito concreta o rol de ações públicas que objetivam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, salientando-se o respeito à memória, às identidades e diversidades expressas no tecido urbano de Santo André.

## Referências Bibliográficas

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-37.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 2002.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: ANDRADE, Antonio Luiz et al. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006. p. 33-76.

PASSARELLI, Silvia Helena F. *Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do Bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*, Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Wanderley dos. *Antecedentes históricos do ABC paulista, 1550-1892*. São Bernardo do Campo: Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Departamento de Cultura, 1992.

ZEVI, Bruno. *Saber ver arquitetura*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## Créditos

\* Arquiteto e urbanista, arquiteto da Gerência de Preservação da Memória, Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Prefeitura de Santo André.

e-mail: [aguinaldo\\_fd08@hotmail.com](mailto:aguinaldo_fd08@hotmail.com)

\*\* Arquiteta e urbanista, arquiteto da Gerência de Preservação da Memória, Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Prefeitura de Santo André.

e-mail: [fatavella@uol.com.br](mailto:fatavella@uol.com.br)

\*\*\* Historiadora, historiadora da Gerência de Preservação da Memória, Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Prefeitura de Santo André

e-mail: [skleeb@uol.com.br](mailto:skleeb@uol.com.br)